



Assembleia de Freguesia do Bonfim

Ata n.º 11

Ao vigésimo quinto dia do mês de junho de dois mil e vinte, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia de Freguesia do Bonfim em Sessão Ordinária no Salão Nobre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação da Ata nº 10.
2. Eleição de vogal para o Executivo da Freguesia.
3. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano de 2019.
4. Apreciação dos bens do inventário, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação.
5. Apresentação e Discussão do Relatório do Estatuto do Direito de Oposição.
6. Apreciação das atividades da Junta relativas ao período de 01/12/2019 a 29/02/2020, bem como da sua situação financeira.
7. Apreciação das atividades da Junta relativas ao período de 01/03/2020 a 31/05/2020, bem como da sua situação financeira.
8. Apresentação de protocolos celebrados pela Junta de Freguesia.

Após confirmada a existência de quórum, a **Sra. Presidente da Assembleia** deu início à sessão, dentro das **Normas de Prevenção e Controlo de Infeção, COVID 19, DGS**, saudando todos os presentes.

Feita a chamada verificaram-se as seguintes ausências e substituições:

- **Mariana Ferreira Ribeiro Macedo - Bancada - PPD/PSD – Porto Autêntico** – Faltou e justificou, tendo sido substituída por **Luis Miguel Rodrigues da Rocha**;
- **João Nuno Miranda – Bancada - PPD/PSD – Porto Autêntico** – Faltou e justificou, tendo sido substituída por, **António Fernandes Ferreira**;
- **Maria Helena da Costa Pinto Lima – Bancada – Partido Socialista** – apresentou renúncia de mandato, tendo sido substituída por **Frenando Aurélio Ribeiro Pereira**;
- **António Rui bomba Pais – Bancada – Partido - Socialista** - Faltou e justificou, tendo sido substituído por, **Carolina Fernanda de Almeida Correia**.



Assembleia de Freguesia do Bonfim

A **Sra. Presidente da Assembleia** deu início aos trabalhos, passando de imediato a palavra à **Sra. Presidente do Executivo** em exercício que informou que por motivo de doença o **Sr. Presidente do Executivo** não poderia estar presente na Assembleia, mas que seria por si substituído.

A **Sra. Presidente da Assembleia** continuou a sessão, informando haver correio dirigido à mesa da Assembleia, que passou a ler, e logo de seguida deu início ao **Período Antes da Ordem do Dia**, questionando se alguém do público presente pretendia usar da palavra.

Inscreeveram-se **dois cidadãos** residentes da Freguesia.

No uso da palavra, o Sr. Ricardo Cambra após uma nota introdutória, questionou qual a razão da Junta ter desistido do programa relacionado com o cultivo urbano, dizendo que em tempos foi divulgado e, inclusivamente, houve pessoas que fizeram parte desse projeto, tendo este sido criado com o apoio de algumas pessoas, principalmente idosas, que usufruíam de espaços nas suas casas, com condições para o cultivo. Disse ainda que existem espaços na freguesia do Bonfim com condições para esse tipo de agricultura urbana tendo especificado alguns espaços locais.

De seguida tomou a palavra o cidadão Sr. Pedro Mendonça que interveio para questionar a razão dos trabalhos na Avenida Fernão de Magalhães terem sido tão demorados e de que forma os empresários que tem porta aberta terão algum apoio por parte da Câmara Municipal do Porto para poderem fazer face aos prejuízos causados por essas obras.

Tendo terminado a intervenção por parte do público, a **Sra. Presidente da Assembleia** abriu as inscrições para as intervenções dos senhores deputados.

O **Membro da Assembleia da Bancada da CDU – Paulo Mourato** – saudou todos os presente e apresentou uma Proposta de Recomendação, que passou a ler - **Anexo I.**

Colocada à discussão e depois à votação a Proposta de Recomendação foi **Aprovada** com 8 votos a favor do PS, CDU e BE e 11 abstenções do PSD e PNP.

O **Membro da Assembleia da Bancada do PPD/PSD – Porto Autêntico – Rui Paredes** – saudou todos os presentes e apresentou uma Moção que passou a ler - **Anexo II.** Relembrou ainda que, em sessão anterior, tinha alertado de que as forças de segurança têm sido objeto, por parte do estado, de obstáculos, nos mais diversos domínios, dificultando as operações para que estão destinados.



Assembleia de Freguesia do Bonfim

O **Membro da Assembleia da Bancada da CDU – Paulo Mourato** – interveio, dizendo que as Funções Sociais do Estado – Serviços Públicos, são geralmente as primeiras palavras a ser proferidas em situações anormais. Referiu que este facto tem a ver com o desinvestimento do estado e dos governos que têm vindo ao longo dos anos a enfraquecer esta área. Mais disse que a CDU é a favor do investimento público, nomeadamente, segurança pública, serviço nacional de saúde, ensino, enfim, todos aqueles em prol do cidadão. Reforçou a necessidade do investimento nos serviços públicos não apenas pela razão da situação pandémica que se está a viver, mas porque sempre serão necessários investimentos neste domínio. Existem responsáveis que permitem desinvestimento público e que são bem conhecidos. Em resposta à intervenção do Sr. Deputado do PSD, agradeceu ter apresentado dados sindicais em relação ao assunto em discussão.

O **Membro da Assembleia da Bancada do PPD/PSD – Porto Autêntico – Rui Paredes** – esclareceu que, sendo os dados provenientes de um sindicato, não lhe causa qualquer incómodo apresenta-los. Referiu que, segundo informação de um dos oficiais da PSP, a situação relativa a estas forças policiais é alarmante, face financiamento afeto à PSP. Referenciou ainda que, nem nos piores anos da anterior crise económica, a PSP esteve tão mal.

Não havendo mais intervenções a **Sra. Presidente da Assembleia** colocou a Moção à votação, tendo esta sido **Aprovada** com 11 votos a favor do PSD e PNP, 2 abstenções da CDU e BE e 6 votos contra do PS.

O **Membro da Assembleia da Bancada do PS – José Lachado** – usou da palavra para esclarecer sobre o Protesto enviado à Mesa da Assembleia sobre a não realização da Assembleia prevista para o mês de abril e a falta de informação sobre essa situação. Continuou questionando sobre a emissão dos cartões dos membros da Assembleia que continuam sem ser entregues. Mais, pediu informação sobre quais os protocolos celebrados pela Junta que se encontram ativos até 30 de junho. Concluiu a sua intervenção questionando sobre as obras da Av. Fernão Magalhães e quais as consequências destas para os comerciantes locais.

Não havendo mais intervenções, a **Sra. Presidente da Assembleia** deu por terminado o Período Antes da Ordem do Dia, dando início ao Período da Ordem do Dia.



Assembleia de Freguesia do Bonfim

Antes de iniciar a Ordem de Trabalhos, a **Sra. Presidente da Assembleia** informou que a **Sra. Presidente do Executivo** em exercício pretendia acrescentar um ponto à ordem de trabalhos, passando-lhe de imediato a palavra para expor a razão do seu pedido.

A **Sra. Presidente do Executivo em exercício – Alda Pena** – após ter saudado todos os presentes, solicitou a inclusão de mais um ponto à Ordem de Trabalhos - **Apreciação e Aprovação do Contrato Interadministrativo – Orçamento Colaborativo 2021**. Mais esclareceu que a solicitação da integração deste ponto deve-se ao facto de a Câmara Municipal do Porto ter enviado a documentação relativa a este assunto no próprio dia da Assembleia de Freguesia e não ter sido possível disponibilizar a documentação atempadamente.

A **Sra. Presidente da Assembleia** – colocou à votação a inclusão do Ponto Nove, **Apreciação e Aprovação do Contrato Interadministrativo – Orçamento Colaborativo 2021**, tendo este sido **aprovado** por unanimidade, ficando a Ordem de Trabalhos a seguinte:

1. Aprovação da Ata nº 10.
2. Eleição de vogal para o Executivo da Freguesia.
3. Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas do ano de 2019.
4. Apreciação dos bens do inventário, direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação.
5. Apresentação e Discussão do Relatório do Estatuto do Direito de Oposição.
6. Apreciação das atividades da Junta relativas ao período de 01/12/2019 a 29/02/2020, bem como da sua situação financeira.
7. Apreciação das atividades da Junta relativas ao período de 01/03/2020 a 31/05/2020, bem como da sua situação financeira.
8. Apresentação de protocolos celebrados pela Junta de Freguesia.
9. Apreciação e Aprovação do Contrato Interadministrativo – Orçamento Colaborativo 2021.

A documentação relativa ao ponto nove foi distribuída no momento a todos os membros da Assembleia.



Assembleia de Freguesia do Bonfim

Ponto Um da Ordem de Trabalhos – Aprovação da Ata N.º 10.

O **Membro da Assembleia da Bancada do PS – Hugo Gilvaia** – disse que seria importante o envio das Atas, de forma mais célere, a todos os membros da assembleia pois muitas vezes é difícil lembrar-se do que foi dito na reunião.

A **Sra. Presidente da Assembleia** – esclareceu que as Atas têm sido enviadas quase sempre antes da reunião subsequente e que de fato a última foi enviada mais tarde, uma vez que não houve a reunião de abril. Recordou ainda que sempre que necessário a gravação da reunião pode ser consultada por qualquer membro da Assembleia, bastando para tal que se dirijam à Junta de Freguesia e solicitar a audição.

A **Sra. Presidente da Assembleia** – colocou à votação a aprovação da Ata nº 10, tendo esta sido **Aprovada** com 13 votos a favor do PNP, PSD, CDU e BE e 6 abstenções do PS.

Ponto Dois da Ordem de Trabalhos - Eleição de Vogal para o Executivo da Freguesia.

A **Sra. Presidente da Assembleia** – informou ter recebido por escrito a renúncia ao cargo de Vogal do Executivo da Sra. Dra. Maria Olímpia da Silva Costa e que passou a ler. Em seguida questionou se a **Sra. Presidente do Executivo** em exercício se queria propor algum dos membros da Assembleia para substituição da Dra. Olimpia Costa, perguntando o mesmo aos líderes das bancadas, presentes.

A **Sra. Presidente do Executivo em Exercício – Alda Pena** – dirigiu-se à Sra. Dra. Maria Olímpia da Silva Costa referindo a sua sempre e pronta disponibilidade e agradeceu o cuidado, o empenho que teve no trabalho individual e em grupo, enquanto membro do Executivo, em prol dos Bonfinenses. Em seguida propôs o Sr. Deputado Valério Filipe para substituição da Dra. Olímpia Costa.

Não tendo havido mais nomes propostos a Sra. Presidente da Assembleia deu início à votação, por escrutínio secreto. Após a contagem dos votos foi apurado que o Dr. Valério Filipe foi eleito para o Executivo com 13 votos a favor e seis votos em branco.

De imediato a Dra. Olimpia Costa ocupou o seu lugar na Assembleia e o Dr. Valério Filipe junto dos restantes membros do Executivo



Assembleia de Freguesia do Bonfim

Ponto Três da Ordem de Trabalhos - Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas do Ano de 2019.

A Sra. Presidente do Executivo em Exercício – Alda Pena – disse que, relativamente ao ano 2019, os valores das receitas foram de oitocentos e oitenta e quatro mil quinhentos e vinte e nove euros e vinte e três cêntimos. As despesas foram de oitocentos e vinte e seis mil setecentos e noventa e nove euros e quarenta e nove cêntimos. O saldo apurado na gestão foi de trezentos e cinquenta e dois mil e trezentos e setenta e dois euros e quarenta e um cêntimos, no qual duzentos mil euros não serão incorporados numa possível revisão orçamental, conforme acordado entre todos. Virão a ser utilizados numa situação anómala, para que permitam assegurar o funcionamento da Junta durante seis meses, relativamente às despesas correntes. A diferença entre a receita prevista e a cobrada é de setenta e quatro mil seiscentos e cinquenta e seis euros e sessenta e três cêntimos, sendo que o grau de execução orçamental é de noventa e dois por cento. As despesas referentes ao ano de 2019 foram no valor de oitocentos e vinte e seis mil setecentos e noventa e nove euros e quarenta e nove cêntimos, sendo que o grau de execução orçamental de oitenta e seis por cento. Os pelouros com maior investimento financeiro foram: Coesão Social, Urbanismo e meio ambiente, especificamente os serviços dos balneários, que tem um propósito social e ainda, o pelouro da cultura e atividades recreativas. Finda a intervenção pôs-se à disposição para qualquer esclarecimento adicional.

O Membro da Assembleia da Bancada do PS – José Lachado – disse, não entender a razão do porquê, da Junta ir buscar dinheiro à conta de gerência do saldo anterior, setenta e quatro mil trezentos e cinquenta euros. Questionou, qual a razão dessa necessidade. Disse ainda entender que os dinheiros não são demais, provenientes das receitas: Câmara e do Estado. Solicitou esclarecimento quanto à data da aprovação das contas, visto existirem duas datas na documentação. Saliu ainda a diferença entre a receita e a despesa de vinte e quatro mil euros, relativas aos serviços do balneário. Quanto ao Orçamento Colaborativo, questionou por que razão estão mencionados cento e seis mil trezentos e sessenta e oito euros, quando à partida seriam cento e cinquenta mil euros. Referiu ainda que, quanto ao Pelouro Urbanismo, Ambiente e Mobilidade, estava com um orçamento de oitenta e seis mil euros e no final não se vê qualquer despesa. Questionou ainda por que razão existem duas rubricas abertas para o Programa CEI+, uma com um valor, outra sem valor. Por fim, questionou a razão por que, no Projeto “Casa Partilhada”, relativo aos bens e serviços, só teve uma despesa mínima em relação ao valor orçamentado. Finalmente, questionou as transferências correntes, e a despesa



Assembleia de Freguesia do Bonfim

com o evento “A Música Non Stop”. Disse também que seria importante esclarecer, especificar as rubricas a quem foi distribuído os valores atribuídos.

O Membro da Assembleia da Bancada do PPD/PSD – Porto Autêntico – Luis Rocha – Saudou todos os presentes e usou da palavra expondo algumas notas sintéticas relativas à prestação de Contas, dizendo que não vê défices, e os valores são claros. Apresentou ter alguns reparos estruturantes, disse verificar que as receitas são praticamente transferências correntes, afirmando que em termos futuros é preocupante, porque dependem exclusivamente de transferências da autarquia local e estado. Não se sabendo ainda o que futuramente virá a acontecer, relativamente ao Covid-19. Afirmou que a Junta deveria criar alguns serviços a cobrar aos seus fregueses, taxas, assim seria uma forma de diversificação na obtenção de receitas e de outro modo a satisfação de necessidades dos fregueses. Afirmou ainda que, o estado virá cortar a sério nas finanças das autarquias locais. Disse ainda que a despesa é praticamente corrente, e que estão dependentes das finanças centrais, locais e que no futuro o estado irá mexer na lei das finanças locais. Quanto às despesas de capital, embora seja necessário que se faça, devem ser sempre bem ponderadas e, que o estado deve fazer algum investimento público. Resumiu ainda que a análise tem de ser vista de forma, custo-benefício em prol da utilidade aos fregueses. Quem tem o cargo neste domínio terá de ter em conta o exposto, pensando no futuro das próximas gerações.

A Sra. Presidente do Executivo em Exercício – Alda Pena – disse que relativamente à revisão orçamental, esta mereceu melhor atenção pelo facto de que os valores propostos, dos pelouros do executivo não seriam suficientes para a realização dos trabalhos idealizados, até ao fim do ano de 2019. Quanto á realização da aprovação das contas, esta foi feita em 17 de abril. No caso de haver algum lapso neste sentido logo se fará a devida correção. Disse ainda que, os Balneários, como é sabido é uma competência delegada e que os gastos estão diretamente relacionados com o pessoal. Referiu que relativamente ao CEI+ (Coesão Social) é um programa em que a junta apoia a CPCJ, apoio este que conta com uma pessoa com o fim de atender e receber assuntos relacionados neste âmbito. Quanto às transferências correntes, disse compreender a preocupação, razão essa que tem a ver com um orçamento equilibrado. Concordou que as receitas da junta não têm grande interferência nas contas finais e se não fosse as transferências do estado tudo seria muito mais complexo. Crê que ter-se-á de rever a forma de melhorar as receitas, como exemplo o aluguer de espaços da junta a mais organismos e instituições, mas que têm vindo a ser gratuitas. Acrescentou que os pedidos de privados já são uma pequena fonte de receita, mas ainda assim pequenas rendas de aluguer. Explicou ainda que o orçamento Colaborativo relativo ao ano transato, é no valor de cem e



Assembleia de Freguesia do Bonfim

cinquenta mil euros conforme definido no contrato interadministrativo. Relativamente aos subsídios despendidos (orçamento colaborativo), foram atribuídos a: Homenagem às Carquejeiras, Fios e Desafios, Non Stop, Pele, Senhor do Bonfim. Os apoios à Associação de Moradores da Lomba são relativas a três pelouros: social, desportivo e cultural.

Não havendo mais intervenções, a **Sra. Presidente da Assembleia** colocou à votação os documentos de Prestação de Contas do Ano de 2019, tendo sido **Aprovado** com 11 votos a favor do PNP e PSD e 8 abstenções do PS, CDE e BE.

Ponto Quatro da Ordem de Trabalhos - Apreciação dos Bens do Inventário, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respetiva Avaliação.

O **Membro da Assembleia da Bancada do PS – José Lachado** – iniciou a sua intervenção com a questão relacionada com a taxa de amortização do edifício da Junta de Freguesia, avaliado em um milhão duzentos e cinquenta mil euros (crê ser um valor baixo), e que com a taxa de amortização de 0,67%, e que no final das contas o valor passa a ser inferior. O mesmo se passa com o edifício da Rua do Heroísmo, sendo o seu valor inferior ao da Junta, nas contas finais subvalorizou. Disse ainda ser uma chamada de atenção à situação para que se revesse estes valores.

A **Sra. Presidente do Executivo em Exercício – Alda Pena** – respondeu que quanto às questões levantadas, estas teriam que ser analisadas porque de momento não tinha dados exatos para dar uma resposta concreta. No entanto acrescentou que ambos os edifícios tiveram intervenções de reabilitação.

Não havendo mais intervenções a **Sra. Presidente da Assembleia** passou para o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

Ponto Cinco da Ordem de Trabalhos - Apresentação e Discussão do Relatório do Estatuto do Direito de Oposição.

O **Membro da Assembleia da Bancada da CDU – Paulo Mourato** – usou da palavra afirmando que este documento não representa um relatório, quanto muito uma nota, que transparece o cumprimento do executivo das disposições legais. Mais disse que um relatório pressupõe outro tipo de informação, nomeadamente elencando quais as reuniões do estatuto



Assembleia de Freguesia do Bonfim

ao direito de oposição exercido, e quais as contribuições das forças partidárias convocadas para as reuniões. Reafirmou que pode não haver memória do que foi debatido nas reuniões, portanto só contabiliza apenas uma reunião, realizada a 12 de junho. Crê que o documento é pouco descritivo o que leva a ter dificuldade em saber quantas reuniões foram realizadas relativas ao Estatuto, solicitando ainda que se confirme quantas reuniões foram realizadas. Reiterou a sugestão que, no próximo ano seja feito um relatório elencando as reuniões e as participações de cada força partidária.

O Membro da Assembleia da Bancada do PS – Hugo Gilvaia – reforçou a perspectiva do Sr. Deputado Paulo Mourato dizendo que realmente tem memória de haver uma reunião em 12 de junho de 2019. Lançou o repto para que todos os grupos parlamentares representados na assembleia dispusessem de um espaço a criar no site da Junta ou no Bonfinense, onde pudessem expor as suas opiniões sobre as matérias políticas da Freguesia do Bonfim. Acontece noutros sítios e é democraticamente saudável.

A Sra. Presidente do Executivo em Exercício – Alda Pena – esclareceu que o Sr. Presidente do Executivo, antes das Assembleias, convoca com regularidade os líderes das forças partidárias para reunir e apresentar as decisões mais relevantes e auscultar as opiniões. Entende que se pode fazer um registo das reuniões, inclusive dos contributos por parte dos líderes. Salientou ainda a relação de grande proximidade que existe entre o Executivo e a Assembleia. Reafirmou que existiu a disponibilidade para receber, seja para reuniões, telefonemas ou por e-mail e ainda disponível para receber sugestões e críticas. Também informou que já esta disponível toda a documentação dos vários projetos para quem quiser consultar. Concluiu, dizendo que se encontra disponível para qualquer assunto.

O Membro da Assembleia da Bancada da CDU – Paulo Mourato – confirmou que o Sr. Presidente do Executivo esteve sempre disponível no atendimento à CDU. A discussão, em última análise relaciona-se com o Estatuto de Direito à Oposição e, neste âmbito, o Sr. Presidente é que tem que convocar as forças partidárias e não o inverso e, num espaço de cinco assembleias diz recordar-se de ter havido, talvez duas reuniões neste âmbito.

Não havendo mais intervenções a **Sra. Presidente da Assembleia** passou para o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

A Sra. Presidente da Assembleia sugeriu que a discussão dos pontos 6 e 7 fosse feita em simultâneo, sugestão que foi acolhida por unanimidade.



Assembleia de Freguesia do Bonfim

Ponto Seis da Ordem de Trabalhos - Apreciação das atividades da Junta relativas ao período de 01/12/2019 a 29/02/2020, bem como da sua situação financeira.

Ponto Sete da Ordem de Trabalhos - Apreciação das atividades da Junta relativas ao período de 01/03/2020 a 31/05/2020, bem como da sua situação financeira.

A Sra. Presidente do Executivo em Exercício – Alda Pena – começou por agradecer a todos os colaboradores da Junta, pela forma empenhada e, em alguns casos de superação e capacidade de adaptação que tiveram durante o período de estado de emergência e situação de calamidade pública. Através do envolvimento de todos os funcionários, foi possível concretizar todas as atividades, descritas na informação trimestral. Todos conseguiram adaptar-se e responder às necessidades, independentemente das dificuldades. No cômputo geral, fizeram um trabalho exemplar.

O Membro da Assembleia da Bancada do PS – Hugo Gilvaia – interveio dizendo que o segundo trimestre teve uma atividade excepcional, reconhecendo também o trabalho prestado por todos, Executivo e funcionários. Salientou ainda que com empenho e responsabilidade conseguiram satisfazer as necessidades dos Bonfinenses. Destacou ainda o protocolo tripartido, Benéfica Previdente, Freguesia do Bonfim e de Campanhã que permitiu providenciar apoio a doentes atingidos pela pandemia da Covid-19. Salientou ter tido conhecimento, da aplicação de verbas destinadas aos pelouros, nomeadamente, Desporto e Cultura, que foram canalizadas para apoio aos Bonfinenses atingidos pela pandemia.

O Membro da Assembleia da Bancada do PNP – RM – Paulo Neves – começou por saudar todos os presentes e disse que a sua bancada congratula o executivo pela excelente forma como geriu os problemas causados pela pandemia aos bonfinenses, nomeadamente às pessoas mais carenciadas. Enumerou alguns casos, como exemplo, a ação levada a cabo com a doação e empréstimos de computadores por particulares e outras entidades, para apoio ao ensino à distância aos jovens da freguesia, criação de equipa especializada de apoio ao domicílio a pessoas infetadas por Covid-19, pelos pelouros da saúde e coesão social. Louvou ainda o trabalho desenvolvido pelos funcionários da junta ao longo dos meses de confinamento. Enalteceu ainda o trabalho desenvolvido pela Sra. Dra. Maria Olímpia, do Pelouro de Emprego, Formação e Empreendedorismo, desejando-lhe felicidades. Deu as boas vindas ao novo membro do Executivo, desejando-lhe felicidades e voto de um bom trabalho nas suas novas funções.



Assembleia de Freguesia do Bonfim

O **Membro da Assembleia da Bancada do PPD/PSD – Porto Autêntico – Rui Paredes** – salientou e quis louvar o trabalho realizado pelo executivo, num período complexo que se atravessou e ainda se atravessa, em particular os Pelouros da Coesão social e da Saúde que de imediato articularam meios de apoio aos bonfinenses, no que respeita a equipamentos de higienização e proteção, muitos destes oferecidos gratuitamente. Disse ainda que, o executivo pode contar com a Bancada do PPD/PSD para o que for preciso. Continuou, dizendo que, tanto o executivo como os funcionários desta junta merecem todo o reconhecimento pelo trabalho exercido em prol da população, durante o confinamento. Terminou, desejando as rápidas melhoras para o Sr. Presidente.

Não havendo mais intervenções a **Sra. Presidente da Assembleia** passou para o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.

Ponto Oito da Ordem de Trabalhos - Apresentação de Protocolos celebrados pela Junta de Freguesia.

A **Sra. Presidente do Executivo em Exercício – Alda Pena** – usou da palavra para apresentar o protocolo celebrado com a Benéfica e Previdente, já referido no ponto anterior pelo Sr. Deputado Hugo Gilvaia. Mais informou que o referido protocolo foi desenvolvido de acordo com as necessidades identificadas pela saúde pública do ACES Porto Oriental e o serviço social do Hospital de São João. O seu conteúdo expressa a necessidade de uma resposta imediata às pessoas infetadas pelo vírus Covid-19 em articulação com a Benéfica e Previdente e a Junta de Campanhã. Os serviços de apoio inerentes basearam-se no apoio para alimentação de famílias, higiene pessoal, da casa e lavandaria, para as pessoas infetadas, que não necessitaram de hospitalização. O protocolo manter-se-á até julho, logo far-se-á novo estudo para avaliar a necessidade do seu prorrogamento. Findou a sua intervenção, dando os parabéns a todos os organismos intervenientes e frisou de que não há conhecimento, a nível nacional, de uma resposta deste género à população.

Não havendo mais intervenções a **Sra. Presidente da Assembleia** passou para o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos.



Assembleia de Freguesia do Bonfim

Ponto Nove da Ordem de Trabalhos - Apreciação e Aprovação do Contrato Interadministrativo do Orçamento Colaborativo 2021.

A Sra. Presidente do Executivo em Exercício – Alda Pena – disse que presente Contrato Interadministrativo é exatamente igual ao aprovado em junho de 2019 e como é do conhecimento, tem de ser aprovado anualmente. O valor disponibilizado pela Câmara Municipal do Porto é igual ao do ano 2020, sendo o valor para o ano de 2021 de cento e cinquenta mil euros por freguesia.

O Membro da Assembleia da Bancada do PPD/PSD – Porto Autêntico – Luis Rocha – disse que, em relação ao exposto, é importante que as pessoas tenham este tipo de incentivo, e que implica o tipo de investimento e que medidas tomar. Sendo que despesa de investimento é completamente diferente de subsídio para o consumo. Pode ter efeitos multiplicativos, ser rentável por ter lucro financeiro, como é visto em modos empresariais, mas no investimento público pode ser um benefício para as pessoas e para as comunidades.

O Membro da Assembleia da Bancada do PPD/PSD – Porto Autêntico – Rui Paredes – disse estar de acordo com a intervenção anterior e reafirmou que para haver investimento tem de haver um retorno. Questionou se será possível fazer chegar aos Srs. Deputados o relatório final.

A Sra. Presidente do Executivo em Exercício – Alda Pena – fez saber que o capital a investir nos projetos, não é controlado pela Junta, mas sim por um Júri constituído para o efeito. Dependendo do pelouro a que esteja afeto, cada pelouro fará o acompanhamento das atividades. No final as entidades terão de entregar um relatório que identifica as ações desenvolvidas. Poder-se-á no final compilar todos os relatórios inerentes às iniciativas realizadas, inclusive programar-se uma apresentação pública sobre o que foi realizado e em que sentido se aplicou cada verba. É de salientar que esta iniciativa tem aumentado a capacidade de realização de novos projetos na freguesia.

Não havendo mais intervenções, a **Sra. Presidente da Assembleia** colocou à votação a aprovação do Contrato Interadministrativo do Orçamento Colaborativo 2021, tendo sido **Aprovado** com 12 votos a favor do PNP, PSD e CDU e 7 abstenções do PS e BE.



Assembleia de Freguesia do Bonfim

Finda a Ordem de Trabalhos, a **Sra. Presidente da Assembleia** deu por terminado o Período da Ordem do Dia e solicitou ao **Sr. Primeiro Secretário da Mesa** que procedesse à leitura da ata minuta. Após a sua leitura colocou a ata minuta à votação, tendo esta sido **aprovada** por unanimidade.

A **Sra. Presidente da Assembleia** deu por terminada a Assembleia de Freguesia, agradecendo a todos os Membros da Assembleia pela prestação dos trabalhos realizados, como também ao Executivo e aos funcionários desta Junta pelo apoio incondicional durante o confinamento. Expressou ainda o desejo de que seja possível a retoma normal das atividades de todos que desta fazem parte, desejando ainda a todos umas boas férias.

A PRESIDENTE DA MESA

O 1º SECRETÁRIO

O 2º SECRETÁRIO

